

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA
PROAD 5244/2022

Data e horário: 29 de abr. de 2025 15:00 BRT

Local: Salão Nobre da Presidência  TRT4



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

PARTICIPANTES			
Resolução Administrativa nº 25/2022			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa	<i>Presidente, Coordenador</i>	☒	☐
Alexandre Corrêa da Cruz	<i>Vice-Presidente</i>	☐	☒
Laís Helena Jaeger Nicotti	Corregedora Regional	☒	☐
Maria Madalena Telesca	Vice-Corregedora Regional	☐	☒
Fabiano Holz Beserra	Diretor da Escola Judicial	☒	☐
Rodrigo Trindade de Souza	Juiz Auxiliar da Presidência	☒	☐
Luciana Caringi Xavier	Juíza Auxiliar da Vice-Presidência	☒	☐
Daniel Souza de Nonohay	Juiz Auxiliar da Corregedoria	☒	☐
Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	☒	☐
Aldo da Silva Jardim	Secretário-Geral Judiciário	☒	☐
Rejane Carvalho Donis	Diretora-Geral	☒	☐
Bárbara Burgardt Casaletti	Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	☒	☐
André Soares Farias	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	☒	☐
Francisco Fetter Furtado	Segge, convidado	☒	☐
Jeferson Daniel de Matos	Segge, convidado	☒	☐
Tatiana Patricia Krause	Segge, convidada	☒	☐



Unidade de apoio executivo: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (Segge)

Secretária: Tatiana Patricia Krause, Analista Judiciária.

PAUTA

Assunto 1: Gestão de Riscos

Assunto 2: Projetos Estratégicos

Assunto 3: Metas 2024

Assunto 4: Premiações 2024

Assunto 5: Metas 2025

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi aberta pelo Presidente do TRT4, Desembargador Ricardo Martins Costa, que passou a palavra para a Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Bárbara Casaletti. Bárbara apresentou a pauta e passou a palavra à servidora Tatiana Krause, Gerente do Projeto de Gestão de Riscos, conforme segue.

Assunto 1, Gestão de Riscos.

Tatiana apresentou informações sobre o andamento do projeto estratégico Gestão de Riscos. Relatou que, no ano de 2024, foram mapeados 18 processos (fase piloto e fases 2 e 3), como segue: Contratações (SA), Designação para o exercício de FC / nomeação para o exercício de CJ (Segesp), Perícia judicial (Corregedoria Regional), Planejamento de contratações de TIC (Setic), Processo administrativo de pagamento de precatórios (JAP), Auditoria (Seaudi), Funcionamento pleno do PJe no 1º e 2º graus (SegJud), Implantação da Gestão de Riscos no TRT-RS (Segge), Pagamento de alvarás (Corregedoria Regional), Consultoria (Seaudi), Controle de acesso e permanência de pessoas e veículos no complexo do prédio-sede (SSI), Desenvolvimento de cursos (EJud), Gestão de bens permanentes (SA), Gestão de serviços de manutenção predial (Sempro), Inclusão de beneficiário no plano de saúde (SeSaúde), Pagamento de fornecedores (Secof), Recebimento no contrato dos correios (SecServ) e Sanção das contratações (DG). Em relação a esses processos, informou terem sido levantados 259 riscos, dos quais 148 foram classificados inicialmente como altos ou extremos. Esclareceu que, após a avaliação dos controles já existentes, remanesceram 39 riscos classificados como altos ou extremos. Na sequência, lembrou que as informações



detalhadas sobre cada um dos riscos levantados, sua categorização, controles existentes e medidas de tratamento constam do relatório de análise crítica encaminhado aos integrantes do Comitê, por email, no dia 23.04.2025. Após, em observância às competências do Comitê de Governança e Estratégica e da Presidência do Tribunal previstas nos arts. 6º, II, e 7º, IV, da Política de Gestão de Riscos do TRT-RS, o relatório de análise crítica e o mapa de riscos consolidado pela Segge foram acolhidos, sem ressalvas, pelos integrantes do Comitê, e aprovados pelo Presidente do Tribunal. Em seguida, Tatiana apresentou os processos indicados pelas unidades do Tribunal para mapeamento em 2025, quais sejam: Gestão Administrativa e Financeira do Regime Especial de Precatórios (JAP), Pagamento aos magistrados da conversão em pecúnia da Licença Compensatória (Sepag), Teletrabalho (Segesp), Gestão da contratação dos serviços terceirizados (SecServ), Controle do Adicional de Insalubridade/Periculosidade (SeSaúde), Monitoramento da execução da estratégia institucional (Segge), Planejamento de cursos (EJud) e Realização de cursos (EJud), tendo o Comitê deliberado por priorizar o mapeamento dos quatro primeiros processos relacionados acima. Tatiana esclareceu que o mapeamento dos quatro processos remanescentes ocorrerá em breve, com início previsto para o mês de julho/2025.

Assunto 2, Projetos estratégicos.

Após Bárbara apresentar o rol dos projetos estratégicos ativos neste momento, o Comitê deliberou pelo encerramento de três deles (Conecta 1º Grau, Café Gourmet e Selo de Excelência 1º Grau), acolhendo proposição da Corregedoria Regional, área responsável pelas iniciativas. Na sequência, o Presidente solicitou que se verifique a possibilidade de conciliação das agendas da Corregedoria Regional e da Vice-Corregedoria com as do projeto Integra TRT, para visita conjunta às unidades judiciárias com correições ainda pendentes de realização no ano de 2025.

Assunto 3, Resultados das Metas 2024.

Inicialmente, Bárbara informou aos presentes as tratativas que estão sendo realizadas pelos Tribunais sediados no RS (incluindo o TRT-RS) junto ao CNJ, para flexibilização dos critérios referentes às metas de 2024, em razão dos prejuízos jurisdicionais causados pela grande enchente ocorrida no RS no ano passado. Após, explicou que o Datajud (Painel do CNJ), o e-Gestão (Painel do CSJT) e o painel do TRT-RS continuam apresentando diferenças entre os resultados das metas, conforme tabela comparativa exibida aos presentes. Relativamente às Metas Nacionais (CNJ), Bárbara informou que, com base nas informações extraídas do painel do CSJT em 17.03.2025, a Meta 1 (Julgar



mais processos do que os distribuídos) não foi atingida pelo TRT-RS; o critério 1 da Meta 2 (Julgar, em 2024, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31.12.2022) foi atingido; o critério 2 da Meta 2 (Julgar, em 2024, pelo menos 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais) não foi atingido; a Meta 3 (Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação), a Meta 5 (Reduzir a taxa de congestionamento líquida), a Meta 9 (Estimular a inovação no Poder Judiciário) e a Meta 11 (Promover os Direitos da Criança e do Adolescente) foram atingidas, assim como a Meta Específica da JT (Promover a Saúde de Magistrados e Servidores). No tocante às metas da JT (CSJT), Bárbara informou o atingimento das metas referentes aos seguintes Índices: de Integridade; de Desempenho do Trabalho Decente; de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação; de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023; e o não atingimento das metas referentes ao Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária e ao Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos. Rejane explicou que o não atingimento da meta referente ao Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária decorre das circunstâncias enfrentadas pelo Tribunal após a enchente de maio de 2024: as secretarias priorizaram as contratações para recuperação das instalações físicas danificadas pelas águas, mediante utilização do crédito extraordinário recebido pelo Tribunal (que não é considerado na apuração da meta em questão). Acerca do não atingimento da meta referente ao Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos, Rejane explicou que a meta estabelecida pelo CSJT se mostra irreal, sendo de difícil cumprimento. A propósito das metas locais, Bárbara informou o atingimento das seguintes metas: Processos em execução - 1º G; Tempo médio de tramitação dos processos pendentes de conhecimento - 1º G; Tempo médio de tramitação dos processos pendentes de execução - 1º G; Processos pendentes de julgamento - 2º G; Tempo médio de tramitação dos processos pendentes de julgamento - 2º G; e o não atingimento das seguintes metas: Processos pendentes na fase de conhecimento - 1º G; Tempo médio de tramitação dos recursos de revista pendentes - 2º G; Processos arquivados definitivamente na fase de execução - 1º G; Recursos de revista pendentes - 2º G.

Assunto 4, Premiações e reconhecimento em 2024

Bárbara apresentou como destaques as seguintes premiações recebidas pelo TRT-RS no ano de 2024: Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade; Ranking da Transparência do



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Poder Judiciário 2024; Prêmio Inovação do Poder Judiciário (Pangea); Executivo de Tecnologia: Tribunais Trabalhistas (André Soares Farias, Diretor da Setic); Patamar de excelência no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário; Selo Linguagem Simples 2024; dentre outros.

Assunto 5, Metas 2025

Bárbara apresentou as Metas 1, 2, 3, 5, 9, 10 definidas pelo CNJ, a meta específica da Justiça do Trabalho para 2025, além dos novos indicadores da JT (CSJT) e das metas do TRT-RS. Em relação às metas 1, 2 e 3 do CNJ, Bárbara apresentou também um comparativo entre os resultados obtidos pelo TRT-RS no período de janeiro a março de 2024 em relação ao mesmo intervalo de 2025, utilizando, para tanto, dados extraídos do painel do TRT-RS.

Reunião encerrada às 16h30min.

Ausências justificadas: O Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz justificou sua ausência pela realização de mediações e a Desembargadora Maria Madalena Telesca,, pela realização de correição em Montenegro, Taquari e Triunfo.

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

Confira aqui a [Apresentação](#).